

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria do Banco Citibank S.A.(Banco), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: O Banco Citibank S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 1.021.530 (2017 - R\$ 471.429), correspondente a R\$ 36,09 (2017 - R\$ 16,65) por lote de mil ações, o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 19,06% (2017 - 8,48%). Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 15,85% (2017 - 15,94%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício findo de 31 de dezembro de 2018 o Banco Citibank distribuiu e pagou juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 559.000 (2017 - distribuiu e pagou dividendos de R\$ 963.700 além de R\$ 350.000

a título de juros sobre o capital próprio distribuídos em 2016).

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até cinco representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 18 de março de 2019. Em maio de 2018 ocorreu a incorporação da Citibank Leasing S.A. (Leasing) no Banco com versão total

do patrimônio líquido sem aumento de capital. Como consequência da incorporação a Leasing foi extinta. Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, 71 agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (0,81%) e na CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização (3,60%). A transação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em agosto de 2017 e pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2017. A operação de venda do *Consumer Bank* foi concluída no segundo semestre de 2017.

São Paulo, 18 de Março de 2019

A Diretoria

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2018	2017
Circulante		53.266.956	45.752.922
Disponibilidades	4	3.379.545	427.190
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	15.122.322	13.517.087
Aplicações em operações compromissadas		14.112.633	11.717.460
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.009.689	1.021.556
Aplicações em moedas estrangeiras		-	778.071
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	14.386.810	11.121.763
Carteira própria		8.584.913	5.900.469
Vinculadas a operações compromissadas		3.152.397	2.760.887
Instrumentos financeiros derivativos		1.998.325	2.284.066
Vinculadas à prestação de garantias		351.175	176.362
Relações interfinanceiras		2.826.059	3.654.333
Créditos vinculados:			
Depósitos no Banco Central		2.826.042	3.654.333
Correspondentes no país		-	974.443
Operações de crédito	8	2.564.711	5.738.894
Operações de crédito - Setor privado		2.600.106	6.017.866
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(35.395)	(278.972)
Operações de arrendamento mercantil		128	-
Arrendamentos a receber - Setor privado		2.626	-
(Rendas de arrendamento a apropriar - Setor privado)		(2.282)	-
(Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(216)	-
Outros créditos		14.980.776	11.279.305
Carteira de câmbio	9	10.638.254	8.014.713
Rendas a receber	10	172.956	277.172
Negociação e intermediação de valores	11	18.291	18.757
Crédito tributário	12	273.446	397.273
Diversos	13	3.944.830	2.622.629
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8	(67.001)	(51.249)
Outros valores e bens		4.698	14.273
Despesas antecipadas	14	4.698	14.273
Não circulante		18.646.954	14.074.829
Realizável a longo prazo		18.182.363	13.297.839
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	70.528	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		70.528	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	11.332.101	9.738.190
Carteira própria		3.588.445	974.443
Vinculadas a operações compromissadas		378.160	2.528.056
Instrumentos financeiros derivativos		1.201.713	1.587.341
Vinculadas à prestação de garantias		6.163.783	4.648.350
Operações de crédito	8	4.552.071	1.760.709
Operações de crédito - Setor privado		4.601.605	1.833.859
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(49.534)	(73.150)
Operações de arrendamento mercantil		65	-
Arrendamentos a receber - Setor privado		53.823	-
(Rendas de arrendamento a apropriar - Setor privado)		(53.648)	-
(Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(110)	-
Outros créditos		2.229.505	1.798.940
Créditos por avais e fianças honradas	8	17.124	-
Carteira de câmbio	9	107.250	169.030
Rendas a receber	10	-	3.384
Crédito tributário	12	501.606	516.567
Diversos	13	1.603.979	1.098.646
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8	(454)	(210)
Permanente		464.591	776.990
Investimentos	15	155.916	499.687
Participações em coligadas e controladas		152.861	496.551
Outros investimentos		9.035	9.116
(Provisões para perdas)		(5.980)	-
Imobilizado de uso	16	88.283	107.488
Sistemas de processamento de dados		138.809	135.772
Outros imobilizados de uso		247.273	274.002
(Depreciações acumuladas)		(297.799)	(302.286)
Imobilizado de arrendamento		58.296	-
Bens arrendados		137.410	-
(Depreciações acumuladas)		(121.148)	-
(Insuficiência de depreciação)		(57.966)	-
Intangível	17	162.096	169.815
Ativos intangíveis		303.531	276.713
(Amortizações acumuladas)		(141.435)	(106.898)
Total do ativo		71.913.910	59.827.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas estatutárias	Reservas de lucros	Reservas especiais de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		2.600.000	384.588	2.417.113	23.490	(7.998)	(5.896)	-	5.417.193
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	58.896	-	58.896
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(1.266)	-	(1.266)
Redução de capital (Cisão)	26a	(260)	-	-	-	-	(296)	(296)	(556)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	471.429	471.429	471.429
Destinações:									
Reservas	26.b e c	-	23.572	283.861	-	-	(307.433)	(307.433)	(963.700)
Dividendos	26.e	-	-	(776.510)	(23.490)	-	(163.700)	(163.700)	(4.981.996)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		2.599.740	408.160	1.924.464	-	49.632	8.418	-	4.981.996
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(17.710)	-	(17.710)
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido		-	-	-	-	-	1.021.530	1.021.530	1.021.530
Destinações:									
Reservas	26.b, c e d	-	51.077	581.546	25.907	-	(658.530)	(658.530)	(559.000)
Juros sobre capital próprio	26.e	-	-	(196.000)	-	-	(363.000)	(363.000)	(559.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		2.599.740	459.237	2.310.010	25.907	40.340	476.074	5.406.798	14.918.733
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	85.110	85.110	85.110
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(18.074)	(18.074)	(18.074)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	520.400	520.400	520.400
Destinações:									
Reservas	26.b, c e d	-	26.021	581.546	25.907	-	(633.474)	(633.474)	-
Juros sobre capital próprio	26.e	-	-	(196.000)	-	-	(363.000)	(363.000)	(559.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		2.599.740	459.237	2.310.010	25.907	40.340	476.074	5.406.798	14.918.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

O Banco Citibank S.A. (Banco), principal entidade financeira do Grupo Citibank no Brasil, opera na forma de banco múltiplo, estando autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) com as carteiras comercial, de investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e crédito, financiamento, investimento e de câmbio.

O Banco opera de forma integrada a um conjunto de empresas no Brasil, utilizando a mesma estrutura administrativa, tecnológica e financeira e segue políticas de gestão de risco corporativo. Portanto, suas demonstrações financeiras devem ser consideradas nesse contexto.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, 71 agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (0,81%) e na CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização (3,60%).

A operação de compra e venda envolveu uma base de 315 mil clientes correntistas, R\$ 35 bilhões entre depósitos e ativos sob gestão, R\$ 1,1 milhão de cartões de crédito e R\$ 6 bilhões de carteira de crédito, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2015.

A operação envolveu a reestruturação societária de algumas empresas do Conglomerado Financeiro Citibank, de modo que o negócio do varejo foi cindido e absorvido pelo grupo Itaú Unibanco.

A transação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em agosto de 2017 e pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2017. A venda do *Consumer Bank* foi concluída no segundo semestre de 2017.

Apresentamos os valores cindidos em 31 de outubro de 2017:

	31/10/2017
Ativo	31.10/2017
Circulante e não circulante	8.458.713
Disponibilidades	250.279
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.037.331
Relações interfinanceiras	2.824
Operações de crédito	2.969.143
Outros créditos	3.194.518
Outros valores e bens	4.618
Permanente	129.799
Total do ativo	8.588.192
Passivo	8.587.636
Circulante e não circulante	4.955.113
Depósitos	850.723
Recursos de aceites e emissão de títulos	14.862
Relações interdependências	2.766.938
Outras obrigações	556
Patrimônio líquido	556
Total do passivo	8.588.192
Os ativos e passivos do <i>Consumer</i> foram objeto de laudo contábil, auditado para a data-base de 31 de julho de 2017.	
Em maio de 2018 ocorreu a incorporação da Citibank Leasing S.A.(Leasing) no Banco com versão total do patrimônio líquido sem aumento de capital. Como consequência da incorporação a Leasing foi extinta. Apresentamos os valores cindidos em 31 de maio de 2018:	
	31/05/2018
Ativo	221.955
Circulante e realizável a longo prazo	148.448
Disponibilidades	250.279
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.250
Operações de arrendamento	1.620
Outros créditos	66.598
Outros valores e bens	39
Permanente	45.619
Total do ativo	267.574
Passivo	9.475
Circulante e exigível a longo prazo	9.475
Outras obrigações	9.475
Patrimônio líquido	258.099
Total do passivo	267.574
Os ativos e passivos da Leasing foram objeto de laudo contábil, auditado para a data-base de 30 de abril de 2018.	

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.950/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil - BACEN, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 18 de março de 2019.

3 | Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias e aplicações em moedas estrangeiras.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento;
- Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e
- Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

O valor de mercado dos títulos públicos e debêntures são apurados segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento e consideram na precificação o risco de crédito. Para títulos privados que não possuem preços indicativos ou observáveis no mercado os preços são definidos de acordo com metodologia definida pelo Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

O gerenciamento destes e de outros fatores de risco são baseados em modelos internos de análise quantitativa, qualitativa e estatística que permitem ao Banco controlar estes fatores em títulos privados. As ações são valorizadas pela cotação de fechamento do dia em que foram negociadas em bolsa de valores em contrapartida ao resultado do período.

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

iii. Negociação e intermediação de valores

Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às Bolsas de Valores e de Mercadorias e Futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

k) Permanente

i. Investimentos

As participações em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de custo, dependendo da relevância do investimento.

Os outros investimentos são compostos, basicamente, por:

- Ações de empresa de liquidação e custódia vinculadas à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, mantidas a custo original; e
- Outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

ii. Imobilizado

Até dezembro de 2016, o imobilizado era registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando-se as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo.

iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de software registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

l) Redução do valor recuperável de ativos (impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de impairment e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e
- Uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com a determinação estabelecida na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 16 de dezembro de 2009, que aprovou a utilização do CPC 25 e a Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do Banco Central.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes: Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes: Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo:

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas mensalmente considerando a média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidos dos juros desde a data de ajuizamento/citação.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância, adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações cíveis, fiscais e previdenciárias e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre), a contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada a 15% até agosto de 2015 e, a partir de setembro, de acordo com a Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, foi calculada a 20% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Através da Lei nº 13.169/2015, que majorou a alíquota de CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das instituições financeiras a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, foram atualizados os saldos do ativo e passivo fiscal diferido de diferenças temporárias de CSLL.

A partir de 1º de janeiro 2019, de acordo com o artigo 3º, Inciso I, Lei nº 13.169/2015, a instituição financeira passou a calcular a CSLL à alíquota de 15%, em razão da mudança na legislação em 31 de dezembro de 2018 houve a reversão da provisão dos créditos tributários apurados sobre a majoração da CSLL (5%).

p) Plano de incentivos com base em ações

O Banco participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelo seguinte programa:

- CAP (Capital Accumulation Program), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiladas em Planos de Ações (Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA) em que o Banco efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

q) Benefícios pós-emprego

O Banco participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelo funcionário durante o ano. O Banco também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível ao Banco como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - asset ceiling).

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424 do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para o plano de assistência à saúde para aposentados essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial do Banco em função da adoção antecipada do CPC 33, considerando que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo estes sendo superavitários, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros ajustes de avaliação patrimonial, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dado a observância da regra do asset ceiling.

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os seus resultados.

4 | Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional	731.426	2.954
Disponibilidades em moedas estrangeiras	2.648.119	424.236
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	680.724	5.207.698
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	10.444
Aplicações em moedas estrangeiras	778.071	-
Total	4.060.269	6.423.403

5 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2018				2017			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Aplicações em operações compromissadas	14.112.633	-	-	14.112.633	11.717.460	-	-	11.717.460
Posição bancada	6.887.767	-	-	6.887.767	9.512.809	-	-	9.512.809
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	300.024	-	-	300.024	2.171.189	-	-	2.171.189
Letras do Tesouro Nacional - LTN	970.313	-	-	970.313	2.797.625	-	-	2.797.625
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.617.430	-	-	5.617.430	4.543.995	-	-	4.543.995
Posição financeira	3.845.537	-	-	3.845.537	3.099	-	-	3.099
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	84.995	-	-	84.995	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.644.361	-	-	3.644.361	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	116.181	-	-	116.181	3.099	-	-	3.099
Posição vendida	3.379.329	-	-	3.379.329	2.201.552	-	-	2.201.552
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.171.435	-	-	2.171.435	1.155.380	-	-	1.155.380
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.207.894	-	-	1.207.894	1.046.172	-	-	1.046.172
Aplicações em depósitos interfinanceiros	169.766	839.923	70.528	1.080.217	1.021.556	-	-	1.021.556
Certificados de depósitos interfinanceiros	169.766	839.923	70.528	1.080.217	1.021.556	-	-	1.021.556
Outras aplicações	-	-	-	-	778.071	-	-	778.071
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	-	-	778.071	-	-	778.071
Total	14.282.399	839.923	70.528	15.192.850	13.517.087	-	-	13.517.087

6 | Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2018		2017	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação	7.770.152	7.883.813	5.557.382	5.582.505
Carteira própria	7.770.152	7.883.813	5.557.382	5.582.505
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.239.708	2.259.754	4.203.339	4.204.311
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.940	4.940	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.298.754	4.383.128	1.174.049	1.175.635
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.042.065	1.043.584	-	-
Ações de companhias abertas	20.636	25.727	50.471	62.373
Ações recebidas por empréstimos	164.049	166.680	57.271	68.195
Debêntures	-	-	72.252	71.991
Vinculados a compromissos de recompra	2.963.818	2.991.899	2.433.643	2.439.257
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.963.818	2.991.899	1.937.762	1.941.472
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	495.881	497.785
Total	10.733.970	10.875.712	7.991.025	8.021.762

	2018		2017			
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Títulos para negociação	192.407	1.861.453	708.758	1.852.100	1.681.256	1.589.305
Abertura por vencimento	192.407	1.861.453	708.758	1.852.100	1.681.256	1.589.305
Carteira própria	192.407	1.861.453	708.758	1.852.100	1.681.256	1.589.305
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	387.900	676.875	851.185	343.794	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	4.940	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	429.969	31.883	995.975	1.337.462	1.587.839
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	1.043.584	-	-	-	-
Ações de companhias abertas	25.727	-	-	-	-	-
Ações recebidas por empréstimos	166.680	-	-	-	-	-
Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-
Total	192.407	1.861.453	2.011.275	3.087.172	2.135.566	1.589.305

b) Títulos disponíveis para venda

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2018		2017	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	4.540.478	4.589.545	1.271.925	1.292.407
Carteira própria	4.540.478	4.589.545	1.271.925	1.292.407
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.303.002	2.339.312	406.148	425.963
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.869	5.868	113.813	113.780
Debêntures	2.231.607	2.244.365	751.964	752.664
Vinculados a compromissos de recompra	525.309	538.658	2.760.933	2.849.665
Letras do Tesouro Nacional - LTN	525.309	538.658	2.760.933	2.849.665
Vinculados à prestação de garantias	6.359.926	6.514.958	4.723.921	4.824.712
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.721.002	4.749.898	3.288.457	3.381.256
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.608.924	1.732.803	1.405.134	1.413.126
Cotas de fundos de investimentos	30.000	32.257	30.330	30.330
Total	11.425.713	11.643.161	8.756.779	8.966.784

	2018		2017	
	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Títulos disponíveis para venda	1.003.007	1.816.731	1.435.448	334.359
Abertura por vencimento	1.003.007	1.816.731	1.435.448	334.359
Carteira própria	1.003.007	1.816.731	1.435.448	334.359
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.003.007	1.012.839	323.466	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	8.868	-	-
Debêntures	-	798.024	1.111.982	334.359
Vinculados a compromissos de recompra	160.498	133.177	244.983	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1			

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de risco	2018						Provisão	
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Outros serviços		
AA	497.768	4.060.350	25.963	53.333	1.591	364.604	5.003.609	-
A	610.100	3.075.861	793.616	93.122	27.323	1.091.447	5.691.469	(28.457)
B	302.542	704.574	54.041	3	38.832	29.458	1.129.450	(11.294)
C	139.762	28.780	81.257	-	-	2.537	252.336	(7.570)
D	2.378	83.144	-	-	4.695	34.956	125.173	(12.517)
E	-	2.170	-	-	-	13	2.183	(655)
F	-	16.241	7	-	-	-	16.248	(8.124)
G	-	6.854	-	-	130	645	7.229	(5.340)
H	51.366	17.834	257	-	-	831	70.288	(70.288)
Total	1.603.916	7.995.808	955.141	146.458	72.571	1.524.491	12.298.385	(144.245)
Provisão adicional	-	-	-	-	-	-	-	(8.465)
Total da provisão	1.603.916	7.995.808	955.141	146.458	72.571	1.524.491	12.298.385	(152.710)

Nível de risco	2017						Provisão	
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Outros serviços		
AA	1.421.712	3.787.593	30.637	88.831	4.553	164.058	5.497.384	-
A	652.083	2.552.123	-	55.828	-	173.440	3.433.474	(17.167)
B	202.123	847.649	414	6	3.444	35.784	1.089.420	(10.894)
C	73.157	118.553	-	-	-	-	191.710	(5.751)
D	44.001	127.026	-	-	-	-	117.027	(17.103)
E	21.744	5.364	-	-	-	-	27.698	(8.309)
F	3.923	3.613	-	-	-	-	7.536	(3.768)
G	41.540	11.381	-	-	-	52.921	37.045	-
H	134.668	160.602	-	-	-	295.270	295.270	-
Total	2.594.951	7.614.494	31.051	144.665	7.997	373.282	10.766.440	(395.307)
Provisão adicional	-	-	-	-	-	-	-	(8.274)
Total da provisão	2.594.951	7.614.494	31.051	144.665	7.997	373.282	10.766.440	(403.581)

Nível de risco	Saldo da carteira			Saldo da provisão		
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias
AA	5.003.609	-	5.003.609	40,69	-	-
A	5.691.469	-	5.691.469	46,28	0,50	(28.457)
B	1.129.150	300	1.129.450	9,18	1,00	(11.294)
C	251.311	1.025	252.336	2,05	3,00	(7.570)
D	124.849	324	125.173	1,02	10,00	(12.517)
E	2.129	54	2.183	0,02	30,00	(639)
F	3.651	12.597	16.248	0,13	50,00	(8.124)
G	7.543	86	7.629	0,06	70,00	(5.340)
H	54.334	15.954	70.288	0,57	100,00	(70.288)
Total	12.268.045	30.340	12.298.385	100,00	(121.851)	(22.394)
Provisão adicional	-	-	-	-	-	(8.465)
Total da provisão	12.268.045	30.340	12.298.385	100,00	(121.851)	(22.394)

Nível de risco	Saldo da carteira			Saldo da provisão		
	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Total da carteira	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias
AA	5.497.384	-	5.497.384	51,06	-	-
A	3.433.474	2.118	3.435.592	31,89	0,50	(17.167)
B	1.087.302	1.129	1.088.431	10,12	1,00	(10.873)
C	191.710	-	191.710	1,78	3,00	(5.751)
D	170.969	58	171.027	1,59	10,00	(17.103)
E	27.660	38	27.698	0,26	30,00	(8.298)
F	7.535	1	7.536	0,07	50,00	(3.768)
G	50.925	1.996	52.921	0,49	70,00	(35.648)
H	160.964	134.306	295.270	2,74	100,00	(160.964)
Total	10.627.923	138.517	10.766.440	100,00	(259.566)	(135.742)
Provisão adicional	-	-	-	-	-	(8.274)
Total da provisão	10.627.923	138.517	10.766.440	100,00	(259.566)	(135.742)

Vencidas há mais de 14 dias	2018		2017	
	2º Semestre	2018	2º Semestre	2017
A vencer até 90 dias	-	30.341	-	138.517
De 91 a 360 dias	-	6.963.219	-	4.410.399
Acima de 360 dias	-	3.411.775	-	4.383.665
Total	-	1.893.050	-	8.932.581

e) Composição da carteira de crédito por concentração	2018		2017	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	3.262.323	26,69	2.969.027	27,58
20 seguintes maiores devedores	2.159.682	17,56	2.143.864	19,91
50 seguintes maiores devedores	2.384.994	19,39	2.401.307	22,30
100 seguintes maiores devedores	1.644.259	13,37	1.788.339	16,61
Demais clientes	2.827.127	22,99	1.463.903	13,60
Total	12.298.385	100,00	10.766.440	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa	2º Semestre 2018		Exercícios 2018	
	2018	2018	2018	2017
Crédito com características de concessão de crédito	(226.001)	(403.581)	(1.368.924)	(409.117)
Saldo inicial	(226.001)	(403.581)	(1.368.924)	(409.117)
Constituições líquidas de reversões	25.706	(14.241)	684.368	19.911
Créditos baixados como prejuízo	47.585	265.112	3.411.775	4.383.665
Baixa pela cisão da Carteira Consumer	-	-	690.992	-
Saldo final	(152.710)	(152.710)	(403.581)	(403.581)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.363	1.442	209.803	209.803
Durante o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2018 o Banco obteve renovações de créditos no montante de R\$ 475.501 e R\$ 257.764 (2017 - R\$ 49.735) e créditos renegociados no exercício e semestre de R\$ 15.836 (2017 - R\$ 5.934).	-	-	-	-

g) Composição do resultado de operações de crédito	2º Semestre 2018		Exercícios 2018	
	2018	2018	2017	2017
Empréstimos (1)	136.748	263.535	1.087.875	1.087.875
Rendas de financiamentos à exportação	330.134	792.851	203.422	203.422
Financiamentos	18.934	57.787	146.426	146.426
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	79	1.442	209.803	209.803
Rendas de financiamentos rurais e agroindustriais	25.275	52.310	89.859	89.859
Rendas de financiamentos habitacionais (1)	-	-	91.415	91.415
Rendas de adiantamentos a depositantes (1)	3.827	6.126	8.126	8.126
Títulos descontados	113	359	774	774
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	94	150	307	307
Total	515.204	1.174.560	1.838.007	1.838.007

(1) A redução é decorrente da cisão para o Banco Itaú Unibanco S.A., conforme descrito na nota 1.

h) Operações ativas vinculadas	2018		2017	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Operações ativas vinculadas	1.703.681	11.840	1.059.774	16.690
Operações de crédito	-	-	-	-
Obrigações por operações ativas vinculadas	-	-	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(1.703.681)	(1.059.774)	-	-
Resultado líquido das operações vinculadas	-	11.840	-	16.690

9 Carteira de câmbio	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros créditos	5.919.102	10.416	4.573.632	87.531
Câmbio comprado a liquidar	4.932.488	96.793	3.488.315	81.284
Direitos sobre venda de câmbio	(223.484)	-	(52.740)	-
Adiantamentos em moeda nacional recebidos (-)	10.148	41	5.506	215
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8.a)	10.638.254	107.250	8.014.713	169.030
Total	10.638.254	107.250	8.014.713	169.030
Outras obrigações	5.002.586	104.618	3.529.605	82.908
Câmbio vendido a liquidar	5.761.648	96.793	4.500.210	81.284
Obrigações por compra de câmbio	(607.047)	-	(375.751)	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 8.a)	10.157.187	201.411	7.654.064	164.192
Total	10.157.187	201.411	7.654.064	164.192

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$ 35.412 (2017 - R\$ 60.173) estão registradas em conta de compensação.

10 Rendas a receber	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Rendas a receber referem-se basicamente a prestação de serviços à ligadas decorrente da celebração dos contratos de atribuição de receitas por país no montante de R\$ 121.768 (2017 - R\$ 152.132), a prestação de serviços ao Banco Itaú como parte de TSA de R\$ 35.106 (2017 - R\$ 62.678) e comissões, outras rendas à receber e dividendos de R\$ 16.082 (2017 - R\$ 65.746).	-	-	-	-

11 Negociação e intermediação de valores	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Devedores/credores por conta de liquidações pendentes	-	2.221	4.354	-
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar (posição própria)	12.967	117.229	11.186	75.325
Credores por empréstimos de ações	-	670.506	-	798.055
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores	5.324	925	3.227	57.944
Total	18.291	790.881	18.767	931.324

12 Créditos tributários	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a administração do Banco constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A referida constituição respeitou a projeção de lucratividade da Entidade, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos 5 exercícios passados.	-	-	-	-

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda	Saldo em 31/12/2017		Saldo em 31/12/2018	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para outros pagamentos	97.868	69.932	(42.807)	8
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	219.280	69.367	(129.111)	3.852
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	129.725	45.166	(55.656)	640
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	22.595	32.961	(22.595)	32.961
Insuficiência de depreciação	-	-	(2.749)	18.504
Provisão para bônus e gratificação periódica	72.937	74.945	(114.547)	33.335
Total	542.405	292.371	(367.465)	490.315
Saldo em 31/12/2016	111.380	162.537	(169.873)	97.868
Provisão para outros pagamentos	496.468	157.652	(173.489)	(261.351)
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	173.534	65.238	(49.571)	(59.476)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	22.595	-	22.595
Provisão para bônus e gratificação periódica	84.400	94.571	(106.034)	72.937
Total	865.782	502.593	(498.967)	(327.003)

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

Provisão para outros pagamentos	Saldo em 31/12/2017		Saldo em 31/12/2018	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para outros pagamentos	76.313	36.482	(37.800)	6
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	137.106	43.778	(85.213)	2.36

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

b) Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o Banco constituiu reserva legal no montante de R\$ 51.077 (2017 - R\$ 23.572).

c) Reserva estatutária
Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos que tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social do Banco e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação do Banco, estando limitada a 10% do seu capital social.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi constituída reserva estatutária de R\$ 581.546 (2017 - R\$ 283.861), sendo R\$ 520.801 (2017 - R\$ 255.475) destinados a reserva de equalização de dividendos e R\$ 60.745 (2017 - R\$ 28.386) para reserva de reforço de capital de giro.

d) Reservas especiais de lucros
Constituída a fim de registrar dividendos adicionais propostos declarados após o período contábil, que excederem a parcela do dividendo mínimo obrigatório de que trata o art. 202 da Lei nº 6.404/1976, enquanto não aprovadas pela assembleia ou reunião de sócios.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o Banco constituiu reserva especial de lucro no montante de R\$ 25.907.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.
Em 27 de dezembro de 2018, conforme AGE, o Banco aprovou pagar ao acionista juros sobre capital próprio no valor de R\$286.000, deste valor, R\$ 196.000 a débito da conta de Reserva estatutária - Reserva para equalização de dividendos, apurados no exercício de 2017 e R\$ 90.000 a débito de Lucros Acumulados de 2018.
Em 30 de novembro de 2018, conforme AGE, o Banco aprovou pagar ao acionista juros sobre capital próprio no valor de R\$ 273.000, deste valor R\$ 273.000 a débito de Lucros Acumulados de 2018.
Em AGE realizada em 22 de dezembro de 2017 foi aprovada a distribuição e o pagamento de dividendos no valor total de R\$550.000, sendo consumida a reserva estatutária apurada em exercícios anteriores. Em 31 de outubro de 2017, de acordo com a AGE, foi aprovado a distribuição e o pagamento de dividendos no valor líquido de R\$163.700 a título de lucros acumulados. Conforme AGE de 29 de junho de 2017, o Banco aprovou distribuir ao acionista dividendos no valor de R\$250.000, deste valor, R\$226.510 sendo consumida a reserva estatutária, e R\$23.490 da reserva especial de lucro, apurados no exercício de 2016.

f) Ajuste de avaliação patrimonial
Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda de R\$ 131.823 (2017 R\$ 123.407) e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada e assistência médica de R\$ (91.485) (2017 R\$ (73.775)).

27) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º Semestre 2018		2018		Exercícios 2017	
	2018	2018	2018	2017	2017	2017
Receitas de administração de fundos de investimento (1)	1.616	2.84	117.613	-	-	-
Receitas de utilização de serviços (2) (4)	3.275	6.022	177.439	-	-	-
Receitas de garantias prestadas	44.060	90.282	84.160	-	-	-
Receitas de cobrança, de comissão e colocação de títulos	6.941	13.818	29.926	-	-	-
Receitas de assessoria econômica e financeira	3.192	8.095	12.927	-	-	-
Receitas de serviços financeiros (4)	147.067	327.812	62.678	-	-	-
Receitas com operações de cartões de crédito	20.623	41.501	76.693	-	-	-
Receitas de serviços prestados a ligadas (3)	203.911	448.814	498.676	-	-	-
Receitas de serviços de custódia	18	156	731	-	-	-
Outras	26.731	78.231	50.198	-	-	-
Total	457.434	1.017.574	1.111.041	-	-	-
Receitas de tarifas bancárias - Renda de anuidade de cartão de crédito	-	-	-	102.125	-	-
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	33.111	69.335	58.320	-	-	-
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa física (4)	37	443	104.144	-	-	-
Total	33.148	69.778	300.589	-	-	-

- Trata-se de remuneração paga pelos administradores de fundos de investimentos externos, no qual o Banco presta serviço referente à distribuição de cotas.
- Remuneração paga pelos estabelecimentos em contrapartida ao direito de integrar o sistema de pagamentos via cartão de crédito.
- As receitas de prestação de serviços a ligadas são principalmente decorrentes da celebração dos contratos de atribuição de receitas por país que gerou um impacto de R\$ 243.879 (2017 - R\$ 491.882).
- Refere-se a prestação de serviço na transição das operações objeto da cisão.

28) Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2018		2018		Exercícios 2017	
	2018	2018	2017	2017	2017	2017
Despesas de serviços de terceiros	(264.574)	(469.358)	(472.877)	-	-	-
Despesas de serviços técnicos especializados	(29.736)	(59.208)	(100.645)	-	-	-
Despesas de processamento de dados	(4.136)	(60.404)	(27.089)	-	-	-
Despesas de amortização e depreciação	(36.311)	(65.451)	(102.837)	-	-	-
Despesas de comunicação	(14.783)	(37.987)	(59.307)	-	-	-
Despesas de serviços do sistema financeiro	(65.045)	(129.196)	(129.671)	-	-	-
Despesas de aluguel	(20.354)	(39.825)	(78.375)	-	-	-
Despesas de manutenção e conservação de bens	(15.791)	(28.698)	(35.452)	-	-	-
Despesas de promoções e relações públicas	(4.920)	(5.566)	(22.224)	-	-	-
Despesas de propaganda e publicidade	(6.006)	(8.631)	(32.291)	-	-	-
Despesas de serviços de segurança e vigilância	(4.082)	(9.336)	(27.588)	-	-	-
Despesas de viagens	(7.515)	(14.083)	(16.602)	-	-	-
Despesas de água, energia e gás	(1.327)	(2.630)	(7.610)	-	-	-
Outras	(9.663)	(19.502)	(45.380)	-	-	-
Total	(483.825)	(949.965)	(1.387.948)	-	-	-

29) Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre 2018		2018		Exercícios 2017	
	2018	2018	2017	2017	2017	2017
Receitas						
Receitas com operações de cartões de crédito (1)	1.056	11.201	140.244	-	-	-
Reversão de provisão para contingências (nota 24.b)	4.478	59.675	59.233	-	-	-
Atualização e recuperação de impostos	1.670	11.010	10.110	-	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	9.914	22.600	46.025	-	-	-
Recuperação de encargos e despesas	269	622	28.289	-	-	-
Receitas com operações de cessão de crédito	143.398	235.725	160.281	-	-	-
Varição cambial - ordem de pagamento ME	(72)	927	-	-	-	-
Outras reversões de provisões operacionais	10.834	17.820	49.130	-	-	-
Ressarcimentos	10.022	32.672	2.284	-	-	-
Outras	26.705	25.163	20.161	-	-	-
Total	208.174	416.410	506.984	-	-	-
Despesas						
Despesas com operações de cartões de crédito (2)	(33.687)	(67.817)	(243.460)	-	-	-
Despesas com provisões de contingências (nota 24.b)	(21.216)	(63.906)	(197.868)	-	-	-
Atualização monetária de contingências (nota 24.b)	(15.850)	(32.399)	(63.084)	-	-	-
Despesas com administração de recursos	(6.136)	(6.136)	(20.659)	-	-	-
Varição cambial	(4.712)	(23.356)	-	-	-	-
Despesas com provisão de reestruturação de pessoal	(20.121)	(39.622)	(32.615)	-	-	-
Despesas de serviços prestados a ligadas (3)	(72.023)	(137.001)	(188.282)	-	-	-
Despesas com marcação a mercado de empréstimos de ações	(164)	(228)	(101)	-	-	-
Outras	(26.552)	(28.349)	(137.297)	-	-	-
Total	(196.381)	(399.036)	(883.366)	-	-	-

- Refere-se, substancialmente, às receitas de juros de mora e multa por inadimplência dos portadores de cartão de crédito.
- Refere-se, substancialmente, às comissões pagas às bandeiras e aos parceiros oriundos de transações realizadas pelos portadores de cartão de crédito.
- Refere-se a serviços à ligadas decorrentes da celebração dos contratos de atribuição de despesas por país.

30) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre 2018		2018		Exercícios 2017	
	2018	2018	2017	2017	2017	2017
a) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda						
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	555.798	1.466.406	1.040.836	-	-	-
(-) Participação estatutária no lucro	(52.464)	(96.455)	(169.221)	-	-	-
(-) Despesas de juros sobre capital próprio	(559.000)	(559.000)	-	-	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(55.666)	810.951	871.615	-	-	-
Diferenças temporárias	(176.861)	(332.116)	56.968	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	185.469	41.463	135.944	-	-	-
Provisão para devedores duvidosos	(43.630)	(91.619)	384.436	-	-	-
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	(13.900)	(41.963)	62.667	-	-	-
Provisão para bônus, gratificações e PLR	(153.462)	(158.413)	(46.100)	-	-	-
Provisão para outros pagamentos	7.011	78.887	(32.193)	-	-	-
Perdas em operações de crédito dedutíveis	(147.353)	(147.353)	(447.786)	-	-	-
Insuficiência de depreciação	(10.996)	(13.118)	-	-	-	-
Diferenças permanentes	(58.109)	(100.028)	(155.892)	-	-	-
Equivalência patrimonial	(40.353)	(83.432)	(180.914)	-	-	-
Perdas em operações de crédito não dedutíveis	1	5	1.039	-	-	-
Perdas em operações de crédito dedutíveis	(12.048)	(12.048)	-	-	-	-
Outras diferenças permanentes	(5.709)	(4.553)	23.983	-	-	-
Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais	(290.636)	378.807	772.691	-	-	-
Base de cálculo do imposto de renda	(290.636)	378.807	772.691	-	-	-
Alíquota de 20% para contribuição social	72.269	(95.931)	(191.303)	-	-	-
Ajuste de exercício anterior	-	(785)	-	-	-	-
Incentivos fiscais de dedução	3.269	3.809	-	-	-	-
Provisão para imposto de renda	75.558	(92.507)	(191.303)	-	-	-
Base tributável diferida	(176.861)	(332.116)	56.968	-	-	-
Movimentação da provisão diferida para imposto de renda	(44.215)	(83.029)	14.242	-	-	-
Total da provisão diferida	(44.215)	(83.029)	14.242	-	-	-
Total do imposto de renda	37.881	(175.536)	(147.067)	-	-	-
b) Demonstrativo da base de cálculo da contribuição social						
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	555.798	1.466.406	1.040.836	-	-	-
(-) Participação estatutária no lucro	(52.464)	(96.455)	(169.221)	-	-	-
(-) Despesas de juros sobre capital próprio	(559.000)	(559.000)	-	-	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(55.666)	810.951	871.615	-	-	-
Diferenças temporárias	(165.865)	(318.998)	56.968	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	185.469	41.463	135.944	-	-	-
Provisão para devedores duvidosos	(43.630)	(91.619)	384.436	-	-	-
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	(13.900)	(41.963)	62.667	-	-	-
Provisão para bônus, gratificações e PLR	(153.462)	(158.413)	(46.100)	-	-	-
Provisão para outros pagamentos	7.011	78.887	(32.193)	-	-	-
Perdas em operações de crédito dedutíveis	(147.353)	(147.353)	(447.786)	-	-	-
Diferenças permanentes	(58.109)	(100.028)	(155.892)	-	-	-
Equivalência patrimonial	(40.353)	(83.432)	(180.914)	-	-	-
Perdas em operações de crédito não dedutíveis	1	5	1.039	-	-	-
Perdas em operações de crédito dedutíveis	(12.048)	(12.048)	-	-	-	-
Outras diferenças permanentes	(5.709)	(4.553)	23.983	-	-	-
Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(279.640)	391.925	772.691	-	-	-
Base de cálculo da contribuição social	(279.640)	391.925	772.691	-	-	-
Alíquota de 20% para contribuição social	55.999	(78.314)	(154.538)	-	-	-
Ajuste de exercício anterior	-	(628)	-	-	-	-
Provisão para contribuição social	55.999	(78.314)	(154.538)	-	-	-
Base tributável diferida	(165.865)	(318.998)	56.968	-	-	-
Movimentação da provisão diferida para contribuição social	(45.397)	(46.092)	(77.132)	-	-	-
Total da contribuição social	(70.277)	(93.842)	(68.587)	-	-	-
Total da contribuição social	(14.278)	(172.884)	(223.125)	-	-	-

31) Transações com partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas
As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	2018						2017					
	Outras partes relacionadas			Outras partes relacionadas			Outras partes relacionadas			Outras partes relacionadas		
	Contro-ladas (1)	No país (2)	exterior (3)	Contro-ladas (1)	No país (2)	exterior (3)	Contro-ladas (1)	No país (2)	exterior (3)	Contro-ladas (1)	No país (2)	exterior (3)
Ativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades em moeda estrangeira	-	-	2.366.662	-	-	187.985	-	-	-	-	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	-	778.047	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	-	-	814.831	-	-	707.243	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	142	7.133	7.454.004	29.200	3.247	5.933.843	-	-	-	-	-	-
Participações em coligadas e controladas no país	152.861	-	-	496.551	-	-	-	-	-	-	-	-

	2018						2017					
	Outras partes relacionadas			Outras partes relacionadas			Outras partes relacionadas			Outras partes relacionadas		
	Contro-ladas (1)	No país (2)	exterior (3)									

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna recomenda melhorias nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao *Chief Risk Officer* e ao Comitê de Riscos, Controles Internos e Compliance, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

35.3. Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup. A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras de *banking*; v) apraqueamento e marcação a mercado; e vi) novas transações, atividades e operações complexas.

Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
- (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 14 vezes no período de 1º de janeiro de 2018 à 18 de março de 2019, onde desenvolveu as seguintes atividades:

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e à Diretoria do

Banco Citibank S.A.

São Paulo - SP



Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Citibank S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Citibank S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma,

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de mercado consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

35.4. Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de crédito consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

35.5. Gerenciamento de risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução, nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

- a. Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
- b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuiu o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
- c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.
- d. Em atendimento à Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria analisou o relatório com dados quantitativos e qualitativos acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, para o exercício

aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de stress são revisadas e aprovadas pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

35.6. Gerenciamento de risco socioambiental

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327 de 25 de abril 2014 e nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão do CRO, para gerenciamento de risco socioambiental.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Socioambiental.

35.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

A Diretoria

Camilla Cruz Oliveira de Souza

CRC: 1SP256989/0-0

de 2018, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 18 de março de 2019, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do parecer sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, (ii) dos assuntos de destaque do exercício e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 18 de março de 2019.
Comitê de Auditoria

e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/0-6

Luciana Liberal Sâmia

Contadora CRC 1SP198502/0-8



PROMOVER A DIVERSIDADE, DE PESSOAS E IDEIAS, NOS AJUDA A CRESCER E CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS.

Diferentes culturas • Gerações • Raça • Mulheres • LGBTQ+ • Pessoas com Deficiência

Embrace the future